

Editorial

O direito financeiro é o ramo do direito público que estuda as finanças públicas, englobando nesse conjunto as atividades estatais de planejamento, execução e controle, bem como as relações jurídicas decorrentes das operações de obtenção e gestão das receitas, realização das despesas, formação e condução do crédito público.

Quanto ao controle externo, a atividade financeira estatal consubstancia-se como um dos principais objetos de sua atuação finalística, expressamente elencada no art. 70 da Constituição Federal.

Logo, a pesquisa acadêmica acerca da organização e do desenvolvimento da atividade financeira estatal é relevantíssima para o controle externo, em especial, a produção voltada para as conexões entre o direito financeiro e o direito coletivo intergeracional ao meio ambiente equilibrado e sustentável, tutelado pelo Estado e afeto a todas as esferas federativas.

Por essa razão, a edição especial da *Revista Controle Externo* dedica-se à produção dos mestrandos e doutorandos, alunos da disciplina *Direito Financeiro e Meio Ambiente*, do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da USP, ministrada pelos Professores José Maurício Conti, Estevão Horvath, José Renato Nalini, Wladimir Freitas e Sabrina Nunes Iocken.

Referida disciplina visa a promover um estudo abrangente e detalhado das questões relacionadas ao meio ambiente sob os diversos aspectos que envolvem o Direito Financeiro, como o federalismo fiscal em matéria ambiental, a política ESG no setor público, a organização das finanças públicas governamentais em matéria de meio ambiente, incluindo os órgãos que cuidam do tema e a forma de financiamento das políticas públicas voltadas ao meio ambiente, bem como os instrumentos financeiros utilizados para financiá-las.

Apesar de um número significativo de pesquisas acadêmicas nas áreas do Direito Financeiro e do Meio Ambiente, ainda é escasso na literatura o estudo da relação entre ambas, sobretudo em relação aos desafios oriundos da (re)adaptação do Estado-orçamento à agenda do desenvolvimento sustentável e a relevância do controle externo nesse contexto.

Os artigos incluídos nesta edição especial podem ser agrupados em quatro temáticas. A primeira trata da relação entre Direito Financeiro, meio ambiente, finanças públicas e controle, temas abordados pelos autores Caio Gama Mascarenhas e Guilherme Pereira Dolabella Bicalho. A contribuição de Caio Mascarenhas, com base em análise documental e pesquisa teórica, reflete sobre o processo de inclusão das ações de proteção do meio ambiente no ciclo orçamentário e aponta as dificuldades da Administração Pública na preservação da natureza como decorrência desse processo. Ainda no âmbito das finanças públicas, Guilherme Pereira Dolabella Bicalho trata da justiça intergeracional a partir da obra pioneira de John Rawls no âmbito da Filosofia Política que influencia documentos internacionais e nacionais no campo do Direito Ambiental e Direito Financeiro.

Outro bloco de artigos está articulado em torno da construção de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. Matheus Santana examina o papel dos consórcios públicos no compartilhamento de responsabilidades, instrumento criado pela Lei nº 11.107/2005, a partir da análise da experiência do Consórcio Nordeste e a elaboração do seu Plano de Ação Ambiental Integrado. Na sequência, a efetividade e os limites dos incentivos fiscais para estimular a proteção ambiental é discutida por Isabella Remaili Monaco. Igor Leonardo Oliveira de Sousa detalha o processo de inclusão da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

no plano plurianual do ciclo 2020 a 2023 e sua execução orçamentária. E, fechando o bloco, José Gebran Batoki Chad, a partir de uma análise jurídica dogmática, busca compreender a relação entre o exercício de cidadania e o planejamento orçamentário público e sua relevância na proteção do meio ambiente.

Um terceiro grupo de artigos trata de um tema atual: a agenda Ambiental, Social e de Governança, mais conhecida por sua sigla em inglês, ESG. Luísa Martins de Arruda Câmara defende que os indicadores ESG e a sua regulamentação podem ser ferramentas fundamentais para superar o *greenwashing*, a lavagem verde que faz uso de estratégias de propaganda enganosa praticada, em geral, por empresas e organizações não governamentais. A necessidade de regulamentação dos princípios ESG como forma de incentivar sua implementação nas organizações públicas em consonância com as medidas de implantação dos programas de integridade é discutido também por Cesar Augusto Marx em seu artigo. E para ampliar a compreensão da temática, Ronaldo Akiyoshi Nagai apresenta uma excelente revisão da literatura sobre temas emergentes em ESG.

O último bloco de artigos aborda questões pragmáticas como a relação entre meio ambiente e agronegócio, a emissão de títulos verdes e a aplicação de recursos de *royalties* recursos naturais não renováveis em ações ambientais. Camila Yano Sato destaca que metas de sustentabilidade foram estabelecidas internacionalmente para todos os países em geral, cabendo ao Brasil compreender as exigências desses mercados para se adequar às melhores práticas de proteção ambiental. De seu lado, Pedro Ernesto de Oliveira defende a necessidade de criação de novos procedimentos que simplifiquem a emissão de Títulos Verdes, entendidos como instrumentos que podem direcionar capital aos investimentos necessários para atingir os objetivos de proteção, conservação e desenvolvimento do meio ambiente. De forma semelhante, Paulo Honório de Castro Júnior observa que há uma correlação direta entre os *royalties*, previstos na Constituição, como mecanismo de monetização de recursos naturais não renováveis, e a concretização do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme estabelece o art. 225.

O nosso agradecimento aos autores, mestrandos e doutorandos da Faculdade de Direito da USP pela dedicação e pesquisa que resultaram nos textos que agora compõem esta revista.

Direito Financeiro e Meio Ambiente levados a sério: é com esse propósito que compartilhamos os artigos reunidos nesta Edição da *Controle Externo*.

Vale a leitura!

Heloísa Helena A. M. Godinho
José Maurício Conti
Estevão Horvath
José Renato Nalini
Wladimir Freitas
Sabrina Nunes Iocken